

HMZ

Consultoria de Negócios

HMZ Consultoria de Negócios

Gestão e Resultado

Auditoria, Consultoria, Assessoria, Gestão Empresarial e Negócios Baseados em Valor, Estratégia, Estrutura Organizacional, Governança Corporativa, Avaliações, Gestão de Riscos, Fusões e Aquisições, Advisory Investment

CETURBES

Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

CNPJ: 28.503.894/0001-51

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025



Consultoria de Negócios

HMZ Consultoria de Negócios

Gestão e Resultado

Auditoria, Consultoria, Assessoria, Gestão Empresarial e Negócios Baseados em Valor, Estratégia, Estrutura Organizacional, Governança Corporativa, Avaliações, Gestão de Riscos, Fusões e Aquisições, Advisory Investment

Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Referente ao encerramento do exercício de 2025

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Responsáveis pela Governança da
Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES (“CETURB-ES”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que podem advir do descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia vem adotando o critério de utilizar taxas de depreciação e amortização previstas na legislação fiscal. Em decorrência dessa prática, conforme apresentado na nota 9.1, a utilização do método de depreciação fiscal, em vez da utilização das taxas baseadas vida útil econômica dos bens (com fundamento no item 17.18 da NBC TG 1000 (R1), e CPC 27), resultou no exercício de 2026 em uma despesa reconhecida a maior no montante de R\$ 1.455.941,66, impactando no aumento do prejuízo, redução do ativo imobilizado e conseqüentemente na redução do patrimônio líquido. A Administração da CETURB-ES, apresentou Termo de Despacho de Processo, para contratação de consultoria especializada para verificação da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.

Apesar do esforço da Administração a Companhia, em atendimento a NBC TA 505, os clientes e fornecedores (exceto Cesan e Unimed), não enviaram a confirmação de saldos quanto às cartas de circularização. A confirmação de saldos constitui numa razoável segurança para consolidação dos procedimentos realizados pela auditoria. Devido à falta dessas informações, não nos foi possível concluir satisfatoriamente sobre o efetivo saldo das contas de clientes e fornecedores e, conseqüentemente, quanto a necessidade de eventuais ajustes nas referidas contas e seus possíveis reflexos sobre o Resultado do Exercício, Passivo Circulante e Patrimônio Líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Companhia é parte em processos trabalhistas, fiscais e cíveis consoante disposto nas notas explicativas 14.1 e 14.2, e a sua Administração considera que os valores já provisionados e os saldos mantidos no ativo (nota 8), com o objetivo de cobertura de eventuais exigências de passivos originados de ações trabalhistas, fiscais e cíveis, serão suficientes para cobrir possíveis perdas que possam advir dessas lides, entendimento que, todavia, somente poderá ser corroborado quando do desfecho dos litígios, conforme preceitos da NBC TG 25.

Auditoria de exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação. Esses valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram por nós revisados, cujos relatórios de revisão e de auditoria foram emitidos em 31 de março de 2025, com modificação de opinião, com ressalva sobre a aplicação da vida útil de imobilizados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da CETURB-ES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da CETURB-ES é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CETURB-ES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CETURB-ES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CETURB-ES são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CETURB-ES a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória-ES, 26 de março de 2026.

HMZ CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA
CRC-ES no. 002591/O



Documento assinado digitalmente

FERNANDO NASCIMENTO ZATTA

Data: 27/03/2026 10:19:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Nascimento Zatta
Contador CRC-ES 5497/O
Sócio Responsável Técnico



Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31/12/2025

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2025</u> R\$	<u>2024</u> R\$
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.519.351,44	11.966.518,32
Contas a Receber e Outros Recebíveis	5	9.827.214,67	7.543.698,71
Almoxarifado		130.868,26	111.971,90
Adiantamentos a empregados	6	198.572,77	18.602,50
Valores a recuperar	7	1.398.557,80	934.377,89
Total do Ativo Circulante		<u>16.074.564,94</u>	<u>20.575.169,32</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Valores Cauçionados - Seguro Garantia		3.528.926,37	1.672.543,95
Depósitos Judiciais	8	19.310.346,80	7.539.007,23
Investimentos		277,19	277,19
Imobilizado	9	71.532.007,38	55.071.531,73
Ativos Intangíveis	10	-	-
Total do Ativo não Circulante		<u>94.371.557,74</u>	<u>64.283.360,10</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>110.446.122,68</u>	<u>84.858.529,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2025</u> R\$	<u>2024</u> R\$
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		4.609.063,00	5.237.135,05
Salários e outras remunerações		30.983,11	43.960,70
Impostos a Recolher	11	3.024.958,31	3.844.395,88
Créditos diversos		66.156,90	68.728,21
Provisão para férias e encargos	12	3.421.224,13	3.214.657,06
Outras Obrigações a Pagar		-	1.671.354,42
Total do Passivo Circulante		<u>11.152.385,45</u>	<u>14.080.231,32</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Obrigações de Longo Prazo	13	-	224.245,11
Provisões para contingências	14	57.641.568,28	46.360.222,40
Valores caucionados	15	4.299.077,85	2.281.115,20
Contrato de Concessão	16	17.319.824,67	-
Total do Passivo não Circulante		<u>79.260.470,80</u>	<u>48.865.582,71</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital Social	17	120.370.891,57	120.370.891,57
Reservas de Capital	17	14.000.000,00	1.500.000,00
Prejuízos Acumulados	17	(114.337.625,14)	(99.958.176,18)
Total do Patrimônio Líquido		<u>20.033.266,43</u>	<u>21.912.715,39</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>110.446.122,68</u>	<u>84.858.529,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM 31/12/2025

	<u>Nota</u>	<u>2025</u> R\$	<u>2024</u> R\$
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS</u>			
Receitas de Vendas e Serviços	18	95.809.271,69	85.695.694,44
(-) Custo das Vendas e Serviços	19	(68.803.014,38)	(54.561.560,62)
LUCRO BRUTO		27.006.257,31	31.134.133,82
Despesas Administrativas	20	(26.264.209,91)	(26.022.244,49)
Outras Receitas (Despesas)	21	(12.400.535,48)	1.156.577,11
Depreciação e amortização		(3.307.687,48)	(3.282.940,60)
LUCRO OPERACIONAL		(14.966.175,56)	2.985.525,84
Receitas Financeiras		1.925.530,12	891.511,64
Despesas Financeiras		(1.338.803,52)	(1.486.280,11)
DESP./REC. FINANCEIRAS, LIQUIDAS		586.726,60	(594.768,47)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CSSL		(14.379.448,96)	2.390.757,37
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(271.114,93)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(14.379.448,96)	2.119.642,44
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(14.379.448,96)	2.119.642,44
Ações em Circulação no Final do Exercício		<u>120.370.891,57</u>	<u>120.370.891,57</u>
Lucro Líquido por ação do Capital Social no Fim do Exercício		<u>(0,12)</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2025

	<u>Capital Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total do PL</u>
Em 1º de Janeiro de 2024	93.473.015,36	26.897.876,21	(102.058.553,97)	18.312.337,60
Lucro Líquido do Exercício			2.119.642,44	2.119.642,44
Ajuste de Exerc. Anteriores			(19.264,65)	(19.264,65)
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital	26.897.876,21	(25.397.876,21)	-	1.500.000,00
				-
Em 31 de Dezembro de 2024	120.370.891,57	1.500.000,00	(99.958.176,18)	21.912.715,39
Lucro Líquido do Exercício			(14.379.448,96)	(14.379.448,96)
Ajuste de Exerc. Anteriores				-
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital		12.500.000,00		12.500.000,00
Constituição de Reserva				-
				-
Em 31 de Dezembro de 2025	120.370.891,57	14.000.000,00	(114.337.625,14)	20.033.266,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

ENCERRADO EM 31/12/2025

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício, Incluindo operações Descontinuadas	(14.379.448,96)	2.119.642,44
Ajustes do Resultado do Exercício		
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(19.264,65)
(+) Depreciação	3.307.687,48	3.282.940,60
Provisão/(Reversão)	12.415.205,48	(1.156.577,11)
Prejuízo/(Lucro) na venda ou baixa de Imobilizado	-	-
Juros Ativos que não Afetaram Caixa	(562.443,84)	-
Juros Passivos que não Afetaram Caixa	604.661,15	863.041,73
Lucro Líquido Ajustado	1.385.661,31	5.089.783,01
Variações de Ativos e Passivos		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(2.283.515,96)	(163.876,81)
Adiantamento e Despesas Antecipadas	(644.150,18)	43.265,21
Estoques	(18.896,36)	17.429,01
Outros ativos	(1.856.382,42)	(736.537,51)
Depósitos Judiciais	(11.769.013,32)	47.583,85
Fornecedores e Encargos Sociais	(1.460.487,21)	3.267.140,99
Outros passivos	348.827,72	(4.527.377,03)
	(17.683.617,73)	(2.052.372,29)
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	(16.297.956,42)	3.037.410,72
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Construções e Reformas	(3.001.920,74)	(327.821,71)
Aquisição de Imobilizado	(647.289,72)	(471.406,81)
Compras de Ativos Intangíveis	-	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(3.649.210,46)	(799.228,52)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recursos para aumento de capital	12.500.000,00	1.500.000,00
Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamento	12.500.000,00	1.500.000,00
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas	(7.447.166,88)	3.738.182,20
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Início do Exercício	11.966.518,32	8.228.336,12
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Final do Exercício	4.519.351,44	11.966.518,32
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas	(7.447.166,88)	3.738.182,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – Ceturb/ES é uma empresa pública estadual de direito privado, constituída sob a forma de sociedades por ações de capital autorizado vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI-ES).

Seus únicos acionistas são o Governo do Estado do Espírito Santo (SEMOBI-ES), acionista majoritário e a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN.

A CETURB/ES tem por objeto social a gestão, quando delegada pelo poder concedente, de todas as modalidades de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo, de natureza Intermunicipal e Intramunicipal, definidas no artigo 60 da Lei Complementar nº 877, de 15 de dezembro de 2017. A finalidade, específica da Companhia é a de desempenhar as funções de competência do Estado, consoante o Art. 175 da Constituição Federal e o Art. 227 da Constituição Estadual.

Em fevereiro de 2021, a companhia, através do Contrato de Programa SEMOBI nº 001/2021, assumiu a gestão e operação do Terminal Rodoviário Carlos Alberto Vivácqua Campos, conhecido como Rodoviária de Vitória, após o término do contrato de concessão, que vigorou por 30 anos, com a antiga administradora.

Em decorrência da edição da Lei Complementar Estadual nº 1055/2023, foi delegado à Ceturb-ES, a exploração do Sistema Rodovia do Sol com início a partir de 22 de dezembro de 2023 em caráter transitório e perdurará até o início da operação de novo concessionário.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram empregadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, quando requerido foram ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos em contrapartida do resultado do período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para PMEs.

A elaboração dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e envolve o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia quanto à aplicação das políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão preparadas e apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CETURB-ES.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo representados por aplicações no mercado aberto de alta liquidez, resgatáveis em até três meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

2.5 Contas a Receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

2.7 Almoxarifado

O estoque de almoxarifado refere-se a materiais de consumo tais como material de escritório, material elétrico, material hidráulico, etc. e está avaliado pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor da reposição.

2.8 Impostos e Contribuições a Recuperar

Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos incidentes sobre aplicação financeira, antecipação de IRPJ e CSLL, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL, a serem futuramente compensados.

2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles decorrentes de ações em juízo, mantidos em contas bancárias vinculadas a processos judiciais relativos a litígios fiscais, cíveis e trabalhistas. São constituídos por bloqueios judiciais, bem como depósitos recursais, em moeda corrente com o objetivo de garantir a liquidação de potenciais obrigações passivas futuras.

2.10 Valores caucionados

Os valores caucionados são aqueles decorrentes de garantias representados por seguro garantia ou depósito caução em dinheiro, recebidas em função de contratos pactuados com a Ceturb-ES no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação. As depreciações são reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

2.12 Ativos intangíveis - programas de computador (*softwares*)

Os custos de licenças adquiridas de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização do intangível praticadas são de 20%.

2.13 Test Impairment dos Ativos

A sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (contas a receber, por exemplo) e de ativos não financeiros (ativos imobilizados e os intangível – software), são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No decorrer do exercício, a Sociedade não encontrou evidência objetiva que levasse estes ativos ao teste de impairment, exceto pela provisão para perdas do contas a receber.

2.14 Conta de Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em sua maioria com prazo máximo de 30 dias para pagamento.

2.15 Provisões para demandas judiciais – contingências passivas

As provisões para contingências passivas, relacionadas a processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, são reconhecidas quando a CETURB-ES possui uma obrigação presente, legal ou mesmo não formalizada. Trata-se de obrigação presente como resultado de eventos ocorridos no passado, sendo provável a ocorrência de uma baixa de recursos para liquidar a obrigação.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

Os impostos incidentes sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado tendo por base o resultado do período, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões estipuladas em lei. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota em vigor, incidente sobre o resultado do período antes do imposto de renda ajustado com base na legislação atual.

2.17 Capital social

As ações são classificadas no Patrimônio líquido. O Capital autorizado é realizado mediante aprovação dos únicos acionistas, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI-ES) e Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN).

2.18 Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e das despesas das atividades da Companhia é feito em conformidade com o regime contábil de competência, sendo as receitas e as despesas reconhecidas no resultado em função de suas realizações. As receitas compreendem o valor justo da prestação de serviços recebida ou a receber, de acordo com as finalidades no decorrer do curso normal das atividades da Ceturb-ES. As receitas são reconhecidas líquidas de impostos e são reconhecidas quando podem ser mensuradas com segurança e que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Companhia.

Na determinação do resultado foram computados os custos e as despesas pagas ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração que envolveu julgamentos, estimativas e a adoção de certas premissas que afetam os valores das receitas, de despesas, de ativos e de passivos, e as consequentes apresentações, tais como a provisão de passivos contingenciais e taxas de depreciação e de amortização dos bens do ativo permanente. Certas estimativas e premissas possuem incertezas quanto a sua realização, e podem provocar ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos períodos subsequentes à data dessas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo Rotativo	17.000,00	17.000,00
Bancos Conta Movimento	4.487.822,27	2.663.098,28
Aplicações Financeiras	14.529,17	9.286.420,04
Total	4.519.351,44	11.966.518,32

5. Direitos a receber de clientes

Direitos a Receber	31/12/2025	31/12/2024
Diretos a Receber (Ativo Circulante)	19.802.983,76	16.385.608,20
Serviço Gerenciamento Transporte Coletivo	158.037,78	158.037,78
Serviço Gerenciamento de Frota	7.759.474,52	6.224.600,02
Serviço de Fretamento	294.500,95	287.141,64
Aluguéis de lojas	8.627.778,28	7.560.942,86
Aluguéis de módulos	129.061,71	128.833,56
Parcelamento de Multas	9.382,23	0,00
Rodoviária de Vitória	2.824.748,29	2.026.052,34
(-) Perdas p/Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.975.769,09)	(8.841.909,49)
(-) Transporte Seletivo	(158.037,78)	(158.037,78)
(-) Gerenciamento de frota	(2.039.844,00)	(1.629.768,55)
(-) Fretamento	(118.234,25)	(109.946,87)
(-) Aluguéis de lojas	(6.963.338,42)	(5.447.102,55)
(-) Aluguéis de módulos	(106.845,80)	(162.577,27)
(-) Rodoviária de Vitória	(589.468,84)	(1.334.476,47)
TOTAL LÍQUIDO DE PECLD	9.827.214,67	7.543.698,71

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

Conforme a Resolução CFC nº 1.255 de 2009 (Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) seção 23 – quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimado de forma confiável, a entidade pode reconhecer a receita associada com a transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência. O resultado de transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfeitas:

- a) O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;
- d) Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

5.1 Critério para Constituição de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa

A Administração definiu como critério para reconhecimento da PECLD o saldo de inadimplentes acima de 360 dias na integralidade dos saldos em aberto. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações. Não obstante a constituição das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a clientes inadimplentes, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

6. Adiantamentos a empregados

Adiantamentos a empregados	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de salários	608,78	4.310,42
Adiantamento de férias	197.963,99	14.292,08
Total	198.572,77	18.602,50

7. Valores a recuperar

Os valores a recuperar referem-se a tributos a compensar ou recuperar e cessão de pessoal a receber corresponde à apropriação de fatura de pessoal cedido aos Órgãos Governamentais, a seguir demonstrado:

TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	31/12/2025	31/12/2024
IR s/Aplicação Financeira	344.766,43	-
Antecipação CSLL	64.472,31	-
Antecipação IRPJ	137.151,15	-
CSLL a compensar	-	107.759,87
Saldo Negativo CSLL	37.264,40	37.264,40
Saldo Neg. IRPJ	564.449,09	564.449,09
Total	1.148.103,38	709.473,36

CESSÃO DE PESSOAL A RECEBER	31/12/2025	31/12/2024
Secretaria da Fazenda Estado ES - SEFAZ	16.151,02	16.720,35
SEMOBI - ES	58.464,44	125.323,02
Prefeitura Municipal de Aracruz	175.838,96	82.861,16
Total	250.454,42	224.904,53

8. Depósitos judiciais

Depósitos para recursos judiciais	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos para litígios fiscais/cíveis	13.503.444,31	2.256.400,71
Depósitos para litígios trabalhistas	5.804.576,24	4.845.387,81
Bloqueios Judiciais	2.326,25	437.218,71
Total	19.310.346,80	7.539.007,23

Referem-se a depósitos recursais ou recursos financeiros bloqueados em razão de determinação judicial.

Em 30 de julho de 2025, a Companhia teve bloqueados judicialmente recursos no valor de R\$ 10.662.166,55. O montante estava alocado para a construção de sua nova sede administrativa. A medida liminar impacta diretamente o cronograma e a execução do projeto, exigindo realinhamento orçamentário. A Administração atua em conjunto com seus advogados para esclarecer a situação junto ao Poder Judiciário, visando a regularização mais breve possível para retomar as obras planejadas.

Com exceção da Prefeitura Municipal de Vitória, os demais municípios da Grande Vitória vêm reconhecendo a imunidade da companhia. No âmbito federal, a estratégia obteve decisão favorável no Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio da Ação Cível Originária (ACO 3625), a Ceturb pleiteou o reconhecimento da imunidade recíproca. A Procuradoria-Geral da República emitiu parecer favorável, e recentemente o STF proferiu acórdão que reconhece, *ipsis litteris*, esse direito. A decisão fortalece a posição jurídica e financeira da empresa.

9. Imobilizado

9.1 – Composição dos saldos

Imobilizado	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado	116.798.328,35	100.032.085,96
Terrenos	26.330.866,89	15.145.866,89
Edifícios	83.991.092,80	79.057.140,13
Módulos	399.000,00	399.000,00
Benfeitoria em imóveis de terceiros	448.259,15	448.259,15
Móveis e utensílios	733.785,08	727.763,34
Máquinas e equipamentos	3.521.189,66	2.894.713,08
Veículos	891.749,33	891.749,33
Instalações	183.596,31	183.596,31
Utilitários	298.789,13	283.997,73
Obras em andamento	3.329.742,45	327.821,71
Obras e Reformas Nova Sede	3.329.742,45	327.821,71
Depreciação e amortização acumuladas	(45.513.313,81)	(42.205.626,33)
Terminais rodoviários	(40.487.663,05)	(35.575.779,74)
Instalações	(180.894,11)	(167.501,39)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(284.451,09)	(255.420,69)
Móveis e utensílios	(703.673,16)	(700.212,34)
Utilitários	(235.345,25)	(224.745,35)
Máquinas e equipamentos	(2.734.695,60)	(2.477.915,35)
Veículos	(657.863,82)	(591.283,74)
Módulos	(228.727,73)	(212.767,73)
Deprec. e amortiz. acumuladas Dif.IPC x BTNF	(3.082.749,61)	(3.082.749,61)
Terminais rodoviários Dif.IPCxBTNF	(3.072.464,68)	(3.072.464,68)
Móveis e utensílios Dif.IPCxBTNF	(5.274,70)	(5.274,70)
Veículos Dif.IPCxBTNF	(4.719,55)	(4.719,55)
Utilitários dif. IPCxBTNF	(290,68)	(290,68)
Imobilizado líquido	71.532.007,38	55.071.531,73

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada pela administração, que pode divergir das taxas aceitas fiscalmente. As taxas anuais médias utilizadas são:

- Edificações: 4% (25 anos)
- Máquinas e Equipamentos: 10% - 20% (5 a 10 anos)
- Veículos: 20% (5 anos)

Para fins fiscais, a empresa adota as taxas fixadas pela Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. As diferenças entre a depreciação contábil e fiscal são conciliadas no LALUR. A depreciação cessa quando o ativo é baixado ou classificado como mantido para venda.

A utilização do método de depreciação fiscal, em detrimento ao método contábil, resultou em maior despesa no resultado societário, impactando negativamente no resultado em R\$ 1.455.941,66.

A Norma Contábil estabelece que a Entidade deve avaliar em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado e se não existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável.

Foi realizado vistoria por Engenheiro Civil registrado no CREA nº 28472/D-MG em dois momentos distintos e foi avaliado os ativos relevantes (Terminais Urbanos) que propiciam as receitas do Sistema Transcol pelo seu valor recuperável em setembro/2024 (R\$ 278.475.000,00) e em 05/2022 (R\$ 288.750.000,00).

9.2 – Movimentação

Imobilizado	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	15.145.866,89			15.145.866,89
Terminais rodoviários	79.057.140,13			79.057.140,13
Módulos	399.000,00			399.000,00
Benfeitoria em imóveis	448.259,15			448.259,15
Móveis e Utensílios	716.143,34	11.620,00		727.763,34
Máquinas e Equipamentos	2.804.148,27	90.564,81		2.894.713,08
Veículos	558.849,33	332.900,00		891.749,33
Instalações	183.596,31			183.596,31
Utilitários	250.156,73	36.340,00	(2.499,00)	283.997,73
Obras em andamento	0,00	327.821,71		327.821,71
Subtotal	99.563.160,15	799.246,52	(2.499,00)	100.359.907,67
Depreciação Acumulada	(42.011.643,15)	(3.279.231,79)	2.499,00	(45.288.375,94)
TOTAL	57.551.517,00	(2.479.985,27)	0,00	55.071.531,73

Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Terrenos	15.145.866,89	11.185.000,00		26.330.866,89
Edifícios	79.057.140,13	4.933.952,67		83.991.092,80
Módulos	399.000,00			399.000,00
Benfeitoria em imóveis	448.259,15			448.259,15
Móveis e Utensílios	727.763,34	6.021,74		733.785,08
Máquinas e Equipamentos	2.894.713,08	626.476,58		3.521.189,66
Veículos	891.749,33			891.749,33
Instalações	183.596,31			183.596,31
Utilitários	283.997,73	14.791,40		298.789,13
Obras em andamento	327.821,71	3.001.920,74		3.329.742,45
Subtotal	100.359.907,67	19.768.163,13	0,00	120.128.070,80
Depreciação Acumulada	(45.288.375,94)	(3.307.687,48)	0,00	-48.596.063,42
TOTAL	55.071.531,73	16.460.475,65	0,00	71.532.007,38

10. Ativos intangíveis

10.1 – Composição dos saldos

Intangível	31/12/2025	31/12/2024
Software	437.724,42	437.724,42
(-) Amortização Acumulada de Software	(437.724,42)	(437.724,42)
Intangível líquido	0,00	0,00

Os custos de licenças de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear. A amortização do intangível é feita mediante a aplicação da taxa de 20% ao ano.

10.2 – Movimentação

Intangíveis	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Software	437.724,42			437.724,42
(-) Amortização Acumulada	(434.015,61)	(3.708,81)		(437.724,42)
TOTAL	3.708,81	(3.708,81)		0,00

Intangíveis	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Software	437.724,42			437.724,42
(-) Amortização Acumulada	(437.724,42)			(437.724,42)
TOTAL	0,00			0,00

11. Impostos a Recolher

Contribuições e Impostos a Recolher	31/12/2025	31/12/2024
INSS	1.221.650,16	1.156.187,22
FGTS	206.850,80	193.522,10
PIS	55.586,06	56.434,80
COFINS	256.551,02	260.468,30
IRRF	666.218,09	594.949,67
ISS	255.720,86	289.456,32
Retenção na fonte PIS COFINS CSLL	138.129,38	97.152,62
Parcelamento Previdenciário	224.251,94	1.196.224,85
Total	3.024.958,31	3.844.395,88

As contribuições tributárias são provisionadas e posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

12. Provisões para férias e encargos

Provisões para encargos sociais	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para férias	2.528.621,74	2.375.948,40
Provisão p/INSS férias	690.313,64	648.633,81
Provisão p/FGTS férias	202.288,75	190.074,85
Total	3.421.224,13	3.214.657,06

As provisões para encargos sociais são feitas com base no regime contábil de competência sendo posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

13. Outras Obrigações de Longo Prazo

Obrigações de Longo Prazo	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento Previdenciário	0,00	326.443,92
Parcelamento de Acordos Judiciais	0,00	0,00
(-) Juros a transcorrer	(0,00)	(102.198,81)
Total	0,00	224.245,11

As obrigações de longo prazo são representadas pelas obrigações da empresa com vencimentos após o término do exercício social seguinte.

14. Provisão para demandas judiciais

14.1 – Processos com Probabilidade Provável

Provisões p/contingências	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas	18.859.409,53	7.580.063,65
Contingências fiscais	28.987,33	28.987,33
Contingências cíveis	38.753.171,42	38.751.171,42
Total	57.641.568,28	46.360.222,40

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos de cada obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira conforme o caso.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A Ceturb-ES mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos Assessores Jurídicos.

14.2 – Passivos Contingentes

Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem a expectativa de perda possível. Para essas ações, conforme opinião dos assessores jurídicos, não constitui provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25.

Os processos em andamento na instância judicial, nos quais a companhia é parte passiva estão distribuídos da seguinte forma:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contingências trabalhistas	1.047.318,53	1.047.318,53
Contingências fiscais	53.975.935,16	53.975.935,16
Contingências cíveis	29.547.804,04	13.513.057,67
Total	84.571.057,73	68.536.311,36

15. Valores caucionados

<u>Cauções</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cauções - Seguro Garantia	3.528.926,37	1.672.543,95
Cauções em dinheiro	770.151,48	608.571,25
Total	4.299.077,85	2.281.115,20

As cauções referem-se a garantias dos contratos com as empresas prestadores de serviços. As cauções são feitas na modalidade de seguro garantia ou na forma de

pagamento em dinheiro. Essas cauções são renováveis até o prazo de finalização dos contratos.

16. Contrato de Concessão

Contrato de Concessão	31/12/2025	31/12/2024
Contrato 08/2015 – Sede Atual	16.118.952,67	0,00
Contrato 06/2024 – Futura Nova Sede	1.200.872,00	0,00
Total	17.319.824,67	0,00

Em 2025, formalizou-se o registro dos imóveis vinculados a contratos de concessão de uso gratuito para a sede administrativa da instituição. O primeiro, referente à atual sede constituído do 5º andar, ala cidade, do 6º e 7º pavimentos do Edifício da Repartições Públicas (Aureliano Hoffman), sito na Avenida Jerônimo Monteiro, 96, Centro, nesta Capital com 1.645 m² de área construída, teve sua vigência prorrogada por dez anos, a partir de 16/11/2025 (Contrato 08/2015, processo EDOCS 2024-CFQ5K). O segundo diz respeito ao imóvel com área de terreno de 1.495,79 m² com edificação em reforma sito à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2375 (Contrato 06/2024, processo EDOCS 2024-GK4JS), destinado à futura sede administrativa, com prazo de trinta anos contados a partir de 29/08/2024.

17. Patrimônio líquido

Patrimônio líquido	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	120.370.891,57	120.370.891,57
Reservas	14.000.000,00	1.500.000,00
Prejuízo acumulado	(99.958.176,18)	(102.077.818,62)
Resultado do exercício	(14.379.448,96)	2.119.642,44
Total	20.033.266,43	21.912.715,39

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 120.370.891,57 representado por 120.370.891 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

<u>Acionistas</u>	<u>Qtde. de Ações</u>	<u>%</u>
Governo do Estado do Espírito Santo	120.370.870	99,99998
Cia. Espírito Santense de Saneamento (CESAN)	21	0,00002
	120.370.891	100,0000

b) Reservas de capital

Referem-se a aportes de recursos feitos pelo Governo do Estado do Espírito Santo para investimentos em inversões fixas, tais como construção, reforma e ampliação dos terminais e outros investimentos. Esses recursos são capitalizados mediante aprovação do Conselho de Administração, quando da conclusão dos investimentos.

c) Prejuízo Acumulado

O exercício social encerrou-se com um prejuízo líquido de **R\$ 14.379.448,96**. Conforme determina o Art. 189 da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício deve ser obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem.

Considerando a inexistência de lucros acumulados de exercícios anteriores, a Administração propõe que o prejuízo acumulado seja absorvido da seguinte forma: permanecer na conta de prejuízos acumulados para futura compensação com lucros de exercícios subsequentes.

A Administração entende que esta medida visa o saneamento das contas patrimoniais da Companhia, garantindo a transparência e conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Receitas de serviços

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e que possam ser mensurados de forma confiável.

Receita por categoria/atividade	31/12/2025	31/12/2024
Serviço gerenciamento	64.627.585,09	64.078.530,23
Serviço publicidade	13.451,41	24.683,87
Serviço de expediente	1.205.462,06	1.107.253,19
Multas	290.630,22	203.675,03
Aluguel	5.404.847,98	5.465.178,25
Outorgas	2.352.543,50	4.079.917,18
Receitas Rodoviária de Vitória	6.741.973,49	6.729.824,25
Aportes Receita Rodovia do Sol	18.851.796,14	7.345.484,63
(-) Cancelamento receita	(47.695,59)	(89.086,64)
(-) Tributos s/faturamento (PIS/COFINS)	(3.631.322,61)	(3.249.765,55)
Total	95.809.271,69	85.695.694,44

19. Custo dos serviços

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2025	31/12/2024
Com operação/planejamento terminais	(21.602.856,08)	(18.572.446,31)
Com vigilância/segurança	(7.928.059,20)	(7.507.490,18)
Com conservação/manutenção	(8.214.790,37)	(7.454.373,06)
Outros custos em geral (Água e Luz)	(2.324.649,04)	(2.006.200,65)
Rodoviária de Vitória	(6.353.835,88)	(5.346.939,50)
Rodovia do Sol	(18.115.271,30)	(11.012.732,73)
Aquaviário	(4.263.552,51)	(2.661.378,18)
Total	(68.803.014,38)	(54.561.560,62)

20. Despesas administrativas

Despesas Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesa com pessoal	(19.526.340,62)	(18.371.425,82)
Despesas administrativas	(4.531.315,44)	(5.769.860,41)
Despesas com serviços terceirizados	(1.584.040,06)	(1.413.939,09)
Indenizações judiciais	(622.513,79)	(467.199,17)
Total	(26.264.209,91)	(26.022.244,49)

21. Outras Receitas/(Despesas)

Outras Receitas/Despesas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas recuperadas	14.670,00	3.153.011,57
Despesas com provisões	(12.415.205,48)	(1.996.434,46)
Total	(12.400.535,48)	1.156.577,11

Natasha de Oliveira Sollero
Diretora Presidente

Marcus Perozini de Araújo
Diretor de Planejamento

Flávia Juliana M. C. Libório
Diretora de Operações

Fábio Gomes de Aguiar
Diretor Administrativo e Financeiro

José Eduardo de Souza Oliveira
Diretora de Gestão de Rodovias

Rubem Rodrigues da Costa
Contador-CRC/ES: 007624/O